


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001927-76.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão / Resolução**
 Requerente: **Servtrônica Segurança Eletrônica S/c Ltda**
 Requerido: **Geotek Importação e Comercio Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Servtrônica Segurança Eletrônica S/c Ltda. propôs a presente ação contra a ré Geotek Importação e Comercio Ltda, requerendo a condenação desta no pagamento da quantia de R\$ 1.341,03, decorrente de contrato de serviços de monitoramento com locação de equipamento.

A ré foi citada às folhas 38, não oferecendo resposta (folhas 39), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide na forma do artigo 355, II do Código de Processo Civil.

Trata-se de ação de cobrança por meio da qual a autora pretende a condenação da ré no pagamento da quantia de R\$ 1.341,03, decorrente de um contrato de prestação de serviços de monitoramento eletrônico com locação de equipamento, não tendo a ré adimplido a partir da mensalidade vencida em janeiro de 2011, com parcelamento de débito, com vencimento para julho de 2011, também não adimplido. Não obstante, a autora encaminhou notificação à ré (**confira folhas 30/32**). Diante da inadimplência da ré o atendimento do monitoramento foi suspenso e os equipamentos de alarme foram retirados.

A ré foi citada pessoalmente (**confira folhas 38**), não tendo oferecido resposta, tornando-se revel.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Segundo a regra do artigo 344 do Código de Processo Civil, *se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.*

Assim sendo, de rigor a procedência do pedido, pois não há como exigir a produção de prova negativa por parte da autora, de que não recebeu as mensalidades perseguidas por meio desta ação.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré no pagamento em favor da autora, da quantia de R\$ 1.341,03, devidamente atualizada e acrescida de juros de mora a partir da distribuição. Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinícius Furtado Coêlho: "Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido".

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 04 de maio de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**